REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ECOPOÉTICA INDÍGENA FEMININA E MULTILETRAMENTOS: NARRATIVAS, SABERES E RESISTÊNCIAS

FEMALE INDIGENOUS ECOPOETICS AND MULTILITERACIES: NARRATIVES, KNOWLEDGE AND RESISTANCES

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 25/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795571305

Érika Rodrigues Jerônimo[1]

Maria da Guia Taveiro Silva[2]

Gilberto Freire de Santana[3]

RESUMO

A literatura indígena materializa, por meio da palavra escrita, os saberes ancestrais de um povo historicamente perseguido e violentado. A autoria indígena carrega consigo conteúdos relevantes para a maturação subjetiva, em se tratando da forma como lidamos com o mundo a nossa volta, mundo esse representado na figura mãe natureza. Dessa forma, atestamos que a literatura indígena, por sua dimensão literária, teor epistêmico, aspectos linguísticos e por carregar consigo aspectos simbólicos acerca da cultura e dos saberes desse povo tradicional, é considerada um eficiente dispositivo de ensino-aprendizagem, pois possibilita a quebra de estereótipos relacionados à essa população, colaborando não somente com a conscientização do discente pós-moderno, mas contribuindo, também, com a sua formação educacional, sociocultural e política. Em concordância com isso, essa pesquisa tem o objetivo geral de discutir a descolonização do currículo escolar brasileiro no que se refere ao ensino da literatura indígena, especificamente no que diz respeito à autoria feminina. Nosso estudo se propõe a compartilhar estratégias pedagógicas voltadas ao ensino da literatura a partir das ecopoesias *Wirtucha*, *N´gutapa* e *Saberes dos Anciões*, das autoras Djuena Tikuna (2019) e Márcia Wayna Kambeba (2020), a fim de contribuir com a consolidação de práticas docentes que efetivem a veiculação de temas relacionados ao modo de vida e às manifestações culturais das comunidades indígenas. Para o desenvolvimento do estudo, recorremos ao método qualitativo, de natureza exploratória, por meio do qual lançamos mão de considerações teóricas de estudiosos(as) como Daniel Munduruku (2009); Julie Dorrico (2021); Boaventura de Sousa Santos (2007); Tomaz Tadeu da Silva (2005) Ailton Krenak (2020), entre outros(as). Consideramos que o contato do público estudantil brasileiro com a literatura indígena é de imprescindível importância,

uma vez que a autoria indígena possibilita o despertar para o mundo e instiga a redescoberta de formas outras de experienciar o cosmos e a vida.
Palavras-chave: Literatura indígena; Ecopoesia indígena; Autoria feminina; Currículo escolar.

ABSTRACT

Indigenous literature embodies, through the written word, the ancestral knowledge of a people who have historically been persecuted and subjected to violence. Indigenous authorship conveys content relevant to subjective maturation, particularly regarding how we engage with the world around us—a world represented by Mother Nature. Thus, we affirm that Indigenous literature—due to its literary dimension, epistemic content, linguistic aspects, and the symbolic elements it embodies regarding the culture and knowledge of these traditional peoples—is considered an effective teaching and learning tool, as it enables the breaking down of stereotypes related to this population, contributing not only to raising awareness among postmodern students but also to their educational, sociocultural, and political development. In line with this, this research has the general objective of discussing the decolonization of the Brazilian school curriculum with regard to the teaching of Indigenous literature, specifically as it pertains to female authorship. Our study aims to share pedagogical strategies focused on teaching literature through the eco-poetry collections *Wirtucha*, N'gutapa, and Saberes dos Anciões, by authors Djuena Tikuna (2019) and Márcia Wayna Kambeba (2020), in order to contribute to the consolidation of teaching practices that effectively convey themes related to the way of life and cultural expressions of Indigenous communities. To conduct this study, we employed a qualitative, exploratory method, drawing on theoretical considerations from

scholars such as Daniel Munduruku (2009); Julie Dorrico (2021); Boaventura de Sousa Santos (2007); Tomaz Tadeu da Silva (2005), and Ailton Krenak (2020), among others. We believe that Brazilian students' exposure to Indigenous literature is of paramount importance, since Indigenous authorship opens their eyes to the world and encourages the rediscovery of alternative ways of experiencing the cosmos and life.
Keywords: Indigenous literature; Indigenous ecopoetry; Female authorship; School curriculum.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares que sustentam o Estado Democrático de Direito, assim como é um dos setores que contribuem com a manutenção de direitos básicos, uma vez que possibilita a conscientização cidadã acerca deles. Acreditamos que a escola é a receptora de subjetividades em desenvolvimento, bem como é também o local onde o alunado passa a maior parte de seu tempo, no qual descarrega sua "bagagem" epistêmica e deposita os preconceitos adquiridos em contato com sua comunidade, seu grupo social e familiar.

A escola pode ser compreendida, dessa forma, como o receptáculo de identidades em disputa, visto abrigar juízos de valor de diferentes sujeitos e, a partir de uma seleção cuidadosa de objetos de conhecimento, utilização de práticas pedagógicas, desenvolvimento de habilidades e competências específicas, auxiliar na desconstrução de estereótipos e superação de paradigmas considerados maléficos para determinados grupos.

Considerando o contexto apresentado, cremos que a literatura indígena, com sua diversificação autoral, apresenta, por meio de seus aspectos narrativos, semânticos e linguísticos, temáticas que escancaram políticas de extermínio e morte contra populações historicamente marginalizadas. A fragilização da História é um exemplo concreto dessa realidade, visto incidir sobre a negação do passado envolvendo a subjugação e sobrevivência de determinados povos.

Em consonância com esse argumento, nosso estudo tem o objetivo geral de discutir sobre a autoria literária indígena feminina, levando em consideração seus aspectos temáticos e literários, tanto como ferramenta de desconstrução de estereótipos relacionados ao sujeito indígena quanto como instrumento de conscientização, uma vez que a autoria literária indígena protagonizada por mulheres é proeminente em conteúdos voltados para a prática crítica-reflexiva. Além do mais, a autoria feminina desvela uma produção marcadamente bem-posicionada, que produz sentidos capazes de contra-atacar às violências que operam no campo sociopolítico representacional, no âmbito educacional e no plano simbólico-discursivo.

Nossa pesquisa tem como objetivos específicos:

1. discorrer sobre a necessidade de descolonização do currículo escolar brasileiro no que se refere ao ensino da literatura indígena;

2. produzir sequência didática a partir das ecopoesias *Wirtucha*, *N´gutapa* e *Saberes dos Anciões*, das autoras Djuena Tikuna (2019) e Márcia Wayna Kambeba (2020), respectivamente;

3. disponibilizar sugestões pedagógicas voltadas para o ensino-aprendizado da literatura indígena, por meio da ecopoética indígena produzida por Djuena Tikuna e Márcia Wayna

Kambeba, como forma de possibilitar o contato do público estudantil brasileiro com a realidade social, política, ambiental e cultural dos povos indígenas.

A escolha do tema de pesquisa justifica-se pela preocupação perante a constatação da deslegitimação e rejeição das vozes indígenas femininas no campo educacional, bem como da escassez de materiais pedagógicos e metodologias destinados(as) à aplicabilidade dessa temática como objeto de conhecimento. A análise do fato assinalado nos levou a refletir sobre a efetivação da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena em instituições de ensino público e privado, quanto à organização do currículo escolar brasileiro.

O currículo escolar brasileiro, em se tratando de um documento normativo responsável pela sistematização do ensino-aprendizado ofertado nas instituições de ensino a nível nacional, impacta sobremaneira a forma como o processo educacional é administrado. A partir dessa análise, nosso estudo se lança sobre o seguinte questionamento: o currículo de ensino brasileiro, da forma como está estruturado, abrange a realidade sociopolítica, cultural e territorial do público estudantil contemporâneo? Partimos da hipótese de que a exclusão dos(as) autores(as) indígenas no campo “canônico” advém de um passado colonial no qual esses sujeitos eram despojados de sua humanidade, logo, destituídos de razão e até mesmo de capacidade cognitiva.

Desamparados pela justiça e legislação brasileira, os indígenas lutaram e resistiram durante séculos de opressão colonial. No contexto pós-colonial em que vivemos, grande parte de intelectuais indígenas voltam-se ao compartilhamento de informações, via produção literária, a respeito de seus modos de apreensão cósmica, de suas etnias, de suas comunidades e de seus aspectos culturais, contribuindo com a aspersão de um conhecimento considerado milenar. Ao propagarem seus saberes tradicionais, por meio da palavra escrita, autores e autoras indígenas não somente estreitam os laços entre o leitor e a obra lida, mas geram conscientização sobre a complexa rede de relações existentes em seus territórios e as lutas enfrentadas na esfera socioambiental e política, possibilitando o despertar de uma sociedade apartada de sua identidade e imersa em uma realidade que a faz repudiar quaisquer elementos que a assemelhe à nacionalidade na qual é inserida.

Utilizamos o método de pesquisa exploratória-bibliográfica, por meio do qual fundamentamos nossas discussões em considerações de estudiosos(as) que teorizam sobre identidade, educação e literatura indígena. Nosso embasamento teórico foi estruturado por meio dos estudos de: Daniel Munduruku (2009); Célia Xakriabá (2018); Julie Dorrico (2021); Julie Dorrico e Paolla Vilela (2022); Boaventura de Sousa Santos (2007); Tomaz Tadeu da Silva (2005); Ailton Krenak (2020) Jota Mombaça (2018), entre outros(as).

VOZES INDÍGENAS FEMININAS: SABERES ANCESTRAIS QUE ECOAM POR MEIO DA LITERATURA

O fazer literário indígena compreende dimensões produtivas relacionadas ao corpo-território, aos cosmos, à mãe-natureza, à ancestralidade e aos conhecimentos de um povo que experiencia o

fruir da vida em coletivo. A literatura indígena, nesse sentido, carrega consigo elementos estéticos e de linguagem responsáveis pela exposição de dizeres preocupados com a valorização dos aspectos étnicos, culturais e identitários relacionados aos povos indígenas.

A literatura indígena passou por diversos desdobramentos históricos e estéticos até que fosse, enfim, reconhecida e valorizada no meio literário. E apesar de reconhecida e propagada em nível internacional, ainda é pouco ou nunca consumida pela grande maioria da população brasileira. A isso soma-se o fato de o leitor menos informado a consumir com desconfiança ou até mesmo com preconceito, visto desacreditar da competência autoral indígena.

Em outras palavras, a autoria literária indígena passa por um processo de descredibilidade. Essa forma de apreensão da literatura produzida por autores indígenas ocasiona tanto a relutância na obtenção das obras literárias quanto reforça estereótipos sobre quem as produzem.

Cremos que a desvalorização da literatura indígena diz respeito, também, à limitação autoral, ao difícil acesso às obras e à delimitação do público consumidor. A limitação autoral compreende a propagação de obras literárias produzidas por autores específicos, geralmente aqueles com renome internacional e/ou nacional, situação que colabora com a invisibilização de autores que não se encaixam no referido perfil.

A limitação autoral incide também sobre a inacessibilidade de alguns livros literários, já que ao serem desconhecidos por grande parte do público leitor, não são divulgados, como outros, em formato próprio para download (atividade que facilita a adesão à obra). A

facilitação de compra dessas obras também é comprometida, pois sua baixa procura comprometerá sua divulgação quer seja em sites destinados à venda de livros ou em livrarias.

A delimitação do público consumidor refere-se a “quem” pode acessar determinada obra. Tal compreensão resulta na criação de um perfil leitor, logo, de público consumidor e produto a ser consumido. Entendemos que essa inciativa preconiza a mercantilização da leitura, gerando, consequentemente, dificuldade de acesso. Por conseguinte, observamos que algumas obras são facilmente compartilhadas no mercado literário, devido a influência do seu nicho consumidor.

Acreditamos que essa situação é uma dentre muitas das “heranças” coloniais. Passado e presente se aglutinam e influenciam a forma de apreensão da realidade. A mercantilização da força e corpo da população indígena transformou-se na mercantilização de seus saberes e subjetividades, em que as leis do mercado exclusivizam alguns escritos em detrimento de outros, na mesma medida em que relega à desaprovação as obras literárias que não conseguem atingir um *status quo* (igualar-se a um clássico) ou obter consolidação mercantil.

É interessante mencionar, ainda, o caráter contraventor das produções literárias indígenas. Ora, pode um “índio” escrever? Ele tem capacidade cognitiva suficiente para esse exercício? Não podemos esquecer de que o indígena passou por um processo de animalização e inteligibilidade. Escrever significa emancipar-se, contribuir com a superação de preconceitos que para além de desumanizar, destitui direitos de um povo.

A implantação da categoria “não-humano”, atrelada à população indígena, foi mote para a tentativa de sua integração na sociedade civil precedente à promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal integração aconteceria de forma a destituí-la de sua identidade étnica e, dessa maneira, efetivar o plano de homogeneização sociocultural que o Estado lhe reservava.

Com relação a esse contexto, Julie Dorrico (2021) informa o seguinte:

> *Anteriormente à CF (1988), os sujeitos e povos indígenas eram reconhecidos como humanos em transição, como homens que eram primitivos e com devidos acompanhamentos do Estado, caminhariam para a civilização, deixando a vida selvagem e animalesca. [...] os indígenas tiveram que suportar a lei do princípio da integração que se pautava na capacidade civil como requisito para conquistar esse status quo de homem, civil brasileiro, trabalhador. Os requisitos da integração eram: ter a idade mínima de 21 anos; ter conhecimento da língua portuguesa; habilitação para o exercício da vida útil; e razoável compreensão dos usos e costumes, na comunhão nacional (Dorrico, 2021, p. 1-2).*

Os critérios estabelecidos a fim de efetivar a integração dos povos indígenas na sociedade da época foram instituídos pela Lei nº 6001/1973, conhecida como o Estatuto do Índio. Dentre os critérios, a referida lei vedava a participação de indígenas no cenário literário, já que “o sujeito indígena não podia ocupar o posto ou exercer a função de escritor, pois estava condenado ao compulsório abandono da sua identidade indígena” (Dorrico, 2021, p. 2). Julgamos que a proibição de produção enfrentada por autores(as) indígenas, na esfera literária, aconteceu de forma a impedir que enunciassem a

verdade a respeito da realidade na qual encontravam-se inseridos(as), em outras palavras, a proibição revela a articulação política brasileira para a implementação de um projeto de invisibilização da história.

Contemporaneamente falando, observamos o sucesso obtido pelo projeto, visto existir invalidação das narrativas que objetivam tanto o resgate quanto o esclarecimento do passado.

Nesse mesmo sentido, Julie Dorrico (2021, p. 2) reitera que:

> *Custou caro estar no e viver o silenciamento indígena, em todos os âmbitos da ordem social, mas no que tange à literatura e à cultura, enquanto nossos antepassados foram empurrados à margem do sistema literário e cultural, eram, inexoravelmente, obrigados a testemunhar as imagens forjadas pelos escritores brasileiros sobre os povos e sujeitos indígenas que criavam (e criam) imperativos desumanizantes para nos representar: personagens com índole limitada à bondade selvagem, submissas, bárbaras, de beleza exótica, preguiçosas, desleais, sujas, analfabetas, canibais, dadas à libertinagem, sem senso de moralidade.*

O cenário contemporâneo de produção literária encabeçada por autores(as) indígenas revela uma articulação coletiva realizada com o objetivo de propagar saberes ancestrais e discursos políticos em meio uma sociedade eurocentrada, que insiste em viver sobre os escombros coloniais. Os discursos políticos empregados por esses(as) autores(as), a nível literário, são empregados com o intuito de atingir diretamente e positivamente os(as) leitores(as) que de suas obras literárias se aproximam. Assim sendo, o contato

estabelecido entre livro e leitor resulta em um elo de desconstrução de paradigmas e, consequentemente, reformulação de prerrogativas sobre a população indígena e os problemas que assolam seus territórios.

A dimensão política presente nas obras literárias indígenas é um elemento que as caracteriza e que universaliza seus(as) autores(as). Julie Dorrico enfatiza que "a literatura indígena contemporânea protagoniza [...] corpos indígenas que vêm com a memória da terra para ressoar as vozes da floresta e dos povos que habitam esses territórios antes do Brasil instaurar-se e impor-se como Estado-nação" (2022, *on-line).*

Partindo dessa contextualização, a autoria indígena feminina surge como possibilidade de enaltecimento de vozes dissonantes, que, devido ao grau de periculosidade ofertado ao Estado, são tornadas inaudíveis. A literatura indígena feminina é comprometida com narração de episódios a partir da perspectiva da mulher indígena, da sua vivência de mundo e contato com a sociedade ocidentalizada, ao passo que "anuncia a autodeterminação, os povos originários, e a luta pela terra, uma luta antiga, para todos os coletivos" (Dorrico, 2022, *on-line*).

A unificação das experiências individuais dos povos indígenas acontece, na literatura indígena, de forma a expor a coletivização de uma população que comunga do mesmo saber ancestral e lutas político-ambientais. Assim, notamos que as narrativas indígenas se preocupam em retratar fidedignamente o universo multifacetado de suas comunidades e a de seus parentes, bem como evidenciam a resistência política experienciada em seus corpos-territórios. Ademais:

> *[...] a manifestação da literatura em suas várias maneiras de fixar existência se torna um estímulo para as autoras, uma fonte de fluidez dos pensamentos, falando com suas comunidades e fora delas. Assim, garante, de certo modo, as diversidades dos povos em seus pensamentos expostos, conjuntamente às características que fazem parte desse conjunto de formas da identidade, cultura e história. Além disso, a palavra, os livros, o existir nesse tempo, demarca as diferenças linguísticas que são tão pertinentes nos seus significados, permitindo abrir o olhar para essa comunicação que não é menor em sua importância, mas cujo processo de registro múltiplo mostra-se necessário para a garantia de sua existência além do formato ocidental (Vilela, 2022, on-line).*

As autoras indígenas assumem um compromisso não só social, mas também político, visto utilizarem sua escrita como recurso de enfrentamento das violências as quais sua população é submetida cotidianamente. Além disso, somam-se à militância voltada à proteção dos direitos de pessoas afrodescentes, quilombolas e lgbtqiapn+.

Escritoras como "Débora Arruda (Aranã), Lúcia Tucuju (Kamarumã), Eliane Xunakalo (Kurâ-Bakairi), Helena Indiara Ferreira Corezomae (Umutina-Balatiponé), Gleycielli Nonato (Guató)"[4], Márcia Wayna Kambeba (Omágua-Kambeba), Djuena Tikuna (Tikuna), Eliane Potigura (Potiguara), Auritha Tabajara (Tabajaras), Aline Pachamama (Puri), Graça Graúna (Potiguara), Trudruá Dorrico (Makuxi), entre tantas outras, são exemplos de mulheres que resistem apesar da presença ocidentalóide, que aspira, como ideal de nação, à homogeneização de tudo e todos, a fim de que sua pretensa soberania prevaleça.

DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO EDUCACIONAL BRASILEIRO E O RESGATE DO SER COLETIVO

O currículo escolar brasileiro carrega em si os conteúdos a serem ministrados nas instituições de ensino no decorrer do ano letivo, assim como norteia princípios de aplicação dos objetos de conhecimento de forma a garantir o pleno desenvolvimento de seu público estudantil. Os conteúdos letivos contidos no currículo escolar abrangem eixos temáticos referentes ao universo extra-escolar e pluricultural dos(as) estudantes brasileiros(as). Dessarte, é imprescindível termos a consciência de que "[...] o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade (Silva, 2005, p. 15).

Dessa maneira, é impossível falar sobre currículo e teoria do currículo sem inserirmos na pauta da discussão as leis que visam à obrigatoriedade de conteúdos voltados às comunidades tradicionais, como a camponesa, quilombola, indígena e de quebradeiras de coco babaçu, por exemplo. Infelizmente, muitas escolas ainda se opõem à inclusão de temáticas, em seu currículo escolar, que dizem respeito aos saberes ancestrais pertencentes a estes povos.

É interessante mencionar que, em alguns casos, quando há a oferta de conteúdos educacionais que tenham a ver com a realidade de comunidades e povos tradicionais, esta é realizada de forma superficial, sendo aplicada em discordância com leis vigentes, como a Lei nº 11.645/2008, que diz respeito ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Silva (2005), ao falar sobre a escola como formadora de opiniões e subjetividades, nos relembra que:

> *A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de uma forma mais direta, através das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como Estudos Sociais, História, Geografia, por exemplo; seja de uma forma mais indireta, através de disciplinas mais "técnicas", como Ciências e Matemática (Silva, 2005, p. 31-32).*

Consequentemente, é indispensável reiterar que a escola deve ser um espaço que possibilite aos(às) alunos(as) o contato com pautas que envolvam aspectos sociais, políticos, culturais, étnicos e identitários de seus locais de vivência, assim como daqueles(as) que os(as) cercam. As instituições escolares, partindo dessa prerrogativa, precisam pensar e implementar medidas que viabilizem a aproximação de seu público estudantil com o universo pluricultural, com as diferentes formas de manifestação da existência humana e, primordialmente, das distintas sabedorias e modos multidiversos de externalização destas.

A prática reflexiva é um exercício que favorece a mudança de perspectiva educativa, principalmente quando se lança sobre o acolhimento de temas que comungam com a realidade da sociedade civil como um todo, assumindo uma postura interventora na mudança social. À medida que frisamos isso, pontuamos a atitude, por vezes, omissa e castradora das escolas brasileiras, principalmente quando se dispõem a disponibilizar um ensino centrado somente nos interesses da camada elitizada da população, ocultando-se da responsabilidade de adotar métodos pedagógicos que englobem, de forma efetiva, os sujeitos das camadas subalternizadas.

Diante deste contexto, não podemos nos esquecer que os estabelecimentos de ensino podem tanto contribuir com a quebra de estereótipos como atuar na perpetuação deles, pois, como bem pontua Silva, "[...] a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis" (2005, p. 32).

A descolonização do currículo escolar surge, dessa maneira, como solução para o problema que ora o integra, que é justamente o de perpetuador de discursos e comportamentos nocivos para os grupos "minorizados", que, inclusive, surgem a partir de uma narrativa de dilaceramento de corpos e identidades subjugadas. Efetuar a descolonização do currículo escolar brasileiro é propiciar o ensino-aprendizado dos(as) alunos(as) de forma ética, responsável e dignificante, na medida que os(as) capacitam plenamente para a lida com uma sociedade que menospreza os saberes tradicionais e ancestrais em detrimento de conhecimentos validados por um determinado campo científico.

Perante essa realidade, acreditamos que a aplicação de ações pedagógicas emancipatórias e a elaboração de materiais didáticos que atendam as necessidades e interesses de estudantes localizados(as) ou não em comunidades tradicionais é não somente importante como urgente, visto vivenciarmos uma realidade social que nos afasta de elementos com os quais possamos nos identificar plenamente.

Ressaltamos, ainda, que esse afastamento forçado impossibilita que estudantes expressem suas subjetividades e opiniões políticas em espaços de poder restritos apenas à elite, a qual – por se assumir

como exclusiva – não admite a coexistência de narrativas que sejam contrárias aos discursos que propagam em nível macropolítico.

Essa atual conjuntura, para Jota Mombaça (2018, *online*), tem a ver com a forma como a sociedade brasileira se estruturou racialmente e culturalmente: a partir de investidas genocidas e epistemicidas, agindo sobre a mutilação dos corpos e encarceramento da produção de conhecimento de populações colonizadas.

Sobre isso, Castro e Oliveira (2022, p. 12) são enfáticos ao recordar que "a educação não deve continuar se comprometendo com formações que direta ou indiretamente corroborem com as ações de incidência sobre a Terra", ao contrário, "ela precisa ir além para poder ajudar a criar e construir seres humanos para uma Terra viva. Seres vivos para uma terra viva" (Krenak, 2020, p. 20). Pautados nisso, elaboramos nossas propostas pedagógicas, com o objetivo de atender as demandas de uma juventude social, ambiental, cultural e educacionalmente fragilizada e, de alguma forma, contribuir com sua formação cidadã, ajudando-a a alcançar consciência de si e do mundo que a rodeia.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: ENSINO DE LITERATURA INDÍGENA A PARTIR DA ECOPOÉTICA INDÍGENA FEMININA

Nossa sequência didática contém sugestões pedagógicas voltadas para o ensino da literatura indígena a partir das ecopoesias, *Wirtucha*, *N´gutapa* e *Saberes dos Anciões*, das autoras Djuena Tikuna (2019) e Márcia Wayna Kambeba (2020). Utilizamos teorias de pensadores(as) contemporâneos(as) indígenas com a finalidade de garantir a efetiva aplicação das propostas pedagógicas e, por conseguinte, consolidar os objetivos propostos em nosso estudo.

A literatura indígena,

> *[...] é muito concreta, mas é ao mesmo tempo mágica. Ela se realiza em distintos espaços sociais que nos lembram sempre que não pode haver distinção entre o concreto dos afazeres e aprendizados e a mágica da própria existência que se 'concretiza' pelos sonhos e pela busca da harmonia cotidiana (Munduruku, 2009, p. 23).*

As ecopoesias *Wirtucha*, *N´gutapa* e *Saberes dos Anciões,* por suas dimensões literárias e linguísticas, e por seus aspectos simbólicos, são eficientes recursos pedagógicos, pois possibilitam o contato do leitor com o universo de sentidos materializado pelas autoras, bem como com as características étnicas e culturais que circunda as populações e comunidades indígenas. As ecopoesias selecionadas colaboram, também, com a conscientização do público estudantil brasileiro, uma vez que o instiga a analisar e refletir, criticamente, sobre a posição que ocupa na sociedade e o papel que exerce na superação ou manutenção de desigualdades sociais e preconceitos raciais.

Realizados os devidos esclarecimentos a respeito da escolha do *corpus* dessa pesquisa, apresentamos a seguir nossa sequência didática:

Objetivo: Mediar o contato de estudantes com textos literários de autoria indígena feminina, explorando, por meio da literatura, a relação entre as mulheres indígenas e o território. **Público-alvo:** Alunos do Ensino Médio. **Duração:** 6 aulas (1 aula por semana)
Aula 1: Introdução à Literatura Indígena e à Ecopoética

Objetivo: Apresentar os conceitos fundamentais de literatura indígena e ecopoética, com foco nas produções femininas indígenas.

1. **Atividade de Abertura (25 minutos):**

- Exibição do vídeo A literatura indígena e seu papel na preservação da cultura identidade, a fim de esclarecer a importância da literatura indígena para a preservação da cultura e do meio ambiente.

2. **Definição de Literatura Indígena e Ecopoética (25 minutos):**

- *Literatura indígena:* Produções literárias originadas de povos indígenas, incluindo oralidade e narrativas escritas;
- *Ecopoética:* Uma abordagem que entrelaça a poética da natureza com a literatura, ressaltando a conexão dos seres humanos com o meio ambiente, especialmente no contexto indígena;
- Discussão sobre o papel das mulheres indígenas na preservação da cultura e na relação com a natureza.

3. **Tarefa para Casa:**

- Pesquisar sobre uma autora indígena contemporânea e trazer informações sobre seu trabalho e sua relação com o meio ambiente.

Aula 2: O Papel da Mulher na Cultura Indígena e na Literatura

Objetivo: Discutir a importância da mulher nas comunidades indígenas e como isso é refletido na literatura, especialmente na escrita e oralidade.

1. **Atividade de Abertura (15 minutos):**

- Exibição do depoimento de Márcia Wayna Kambeba, no canal do Itaú Cultural, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=maZLixWP4Yw, no qual ela explica sua visão sobre a natureza e seu papel como guardiã da sabedoria tradicional.

2. **Discussão Teórica (20 minutos):**

- Reflexão sobre o papel das mulheres indígenas como transmissoras de conhecimento, tradição e suas conexões espirituais com a natureza;
- Apresentação de autoras indígenas como Djuena Tikuna, Aline Pachamama e Márcia Wayna Kambeba, destacando o poder de voz e resistência dessas mulheres.

3. **Leitura (15 minutos):**

- Leitura das ecopoesias *Wirtucha* e *N´gutapa*, de Djuena Tikuna, focando em temas como a preservação da natureza e a resistência feminina.

4. **Debate (10 minutos):**

- Como as mulheres indígenas se posicionam em relação à defesa da terra e como isso é refletido em suas produções literárias?

Aula 3: A Natureza como Protagonista na Literatura Indígena

Objetivo: Analisar a presença e o simbolismo da natureza na literatura indígena feminina.

1. **Atividade de Abertura (10 minutos):**

- Divisão da turma, em grupos, com a tarefa de listar elementos da natureza que aparecem nas obras literárias indígenas.

2. **Exploração Teórica (25 minutos):**

- Apresentação da relação simbólica entre natureza e literatura indígena, com destaque para a visão holística que entende o ser humano como parte de um ciclo natural;
- Leitura de trechos de textos que abordam a ecologia e a espiritualidade indígena, como o livro *Saberes da Floresta,* de Márcia Wayna Kambeba (2020).

3. **Análise de Poemas (15 minutos):**

- Leitura e interpretação do poema *Saberes dos Anciões,* de Márcia Wayna Kambeba, o qual fala sobre a natureza, discutindo a linguagem utilizada para expressar a relação com o ambiente.

4. **Tarefa para Casa:**

- Produzir um poema inspirado na natureza, utilizando elementos descritos nas leituras realizadas em aulas anteriores.

Aula 4: Ecopoética Feminina na Prática - Produção de Textos

Objetivo: Desenvolver a habilidade de criação literária com foco na ecopoética, a partir da experiência com as autoras indígenas Djuena Tikuna e Márcia Wayna Kambeba.

1. **Atividade de Abertura (15 minutos):**

- Discussão sobre o conceito de ecopoética e como ele pode ser aplicado na criação literária. Exemplos de como a natureza é personificada ou tratada com reverência.

2. **Oficina de Escrita Criativa (30 minutos):**

- Orientar os alunos quanto a produção de um texto que tenha a natureza como um dos protagonistas. Pode ser um poema, conto ou crônica;
- Incentivar a reflexão sobre como a literatura indígena transmite a reverência do povos originários pela Terra e por seus territórios.

3. **Leitura e Discussão (15 minutos):**

- Alunos leem seus textos e discutem as influências da literatura indígena na criação de seus próprios textos.

Aula 5: Análise da Poética Feminina Indígena e a Questão Ambiental

Objetivo: Discutir a poética de autoras indígenas contemporâneas e sua relação com ecologia e o feminismo.

1. **Atividade de Abertura (10 minutos):**

- Roda de conversa sobre os principais desafios enfrentados pelos povos indígenas no contexto atual, com ênfase nas mulheres indígenas e na preservação ambiental.

2. **Leitura e Análise (30 minutos):**

- Leitura de um trecho do livro *Wiyaegü*, de Djuena Tikuna, que traz a poética de uma mulher indígena que defende a natureza e seu território.
- Discussão sobre a intersecção entre feminismo, literatura indígena e preservação ambiental.

3. **Reflexão Final (10 minutos):**

- Reflexão sobre como os textos lidos evidenciam a luta das mulheres indígenas na preservação das tradições e do meio ambiente.

Aula 6: Apresentação de Projetos e Conclusão

Objetivo: Finalizar o estudo da literatura indígena com a apresentação de projetos sobre a relação entre ecopoética e literatura indígena feminina.

1. **Atividade de Abertura (15 minutos):**

- Revisão das temáticas abordadas nas aulas anteriores.

2. **Apresentação dos Projetos (30 minutos):**

- Alunos apresentam seus textos e projetos finais, baseados na ecopoética indígena feminina, discutindo a relevância social, política, cultural e ambiental da literatura estudada.

3. **Conclusão (15 minutos):**

- Discussão sobre o impacto do estudo da literatura indígena feminina na percepção sobre a preservação ambiental e o papel das mulheres nas comunidades indígenas.

4. **Encerramento:**

- Proposta de um evento de leitura para a escola, com destaque para autores e autoras indígenas.

Avaliação:

A avaliação será contínua e deve ser considerada a:

- Participação nas discussões e debates.
- Qualidade da produção textual (poemas, contos, crônicas) com base na ecopoética indígena feminina.
- Apresentação e argumentação dos projetos finais.

Essa sequência didática busca inserir os alunos no mundo da literatura indígena, incentivando uma reflexão crítica sobre as relações entre mulheres indígenas, natureza e a preservação do planeta. Em uso das palavras de Célia Xakriabá (2018, p. 50), reiteramos que “a presença indígena não faz parte apenas de uma história passada (pretérita, como dizem os historiadores)”, ela é atual. Sendo assim, a ocupação dos espaços de poder por parte dos indígenas precisa ser analisada contemporaneamente, dando devida atenção aos problemas que impactam negativamente sua sobrevivência e manutenção dos seus saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ecopoesia indígena feminina, além de seu caráter disruptivo, carrega consigo uma riqueza narrativa e simbólica incomensuráveis. Capaz de abalar os alicerces do poderio ocidentalizado e gerar estremecimento na hierarquia piramidal, a ecopoética produzida por mulheres indígenas vai ao encontro da mudança, nos propõe o retorno ao passado como exercício pedagógico, nos capacita a questionar as estruturas sociais e políticas, nos ajuda a encarar as relações hierárquicas como pré-estabelecidas por um poder estatal e, acima de tudo, a compreendê-las como aparatos mantenedores dos privilégios de uma classe autoproclamada dominante.

Diante disso, constata-se que a literatura indígena é de suma importância para o estudante brasileiro e isso se deve não somente ao seu valor narrativo, mas também, e primordialmente, ao seu poder de impacto social. Por tudo isso, urge a necessidade de inclusão de estratégias pedagógicas no currículo escolar brasileiro que sejam, de fato, condizentes com a magnitude dos saberes ancestrais evidenciados na autoria indígena feminina.

Partindo desse pressuposto, a sequência didática sugerida neste estudo foi elaborada a fim de propiciar ao alunado brasileiro aquisição de competências e habilidades em relação ao ensino-aprendizagem da literatura indígena, além de nortear a prática pedagógica dos professores e das professoras que dela fizerem uso em sala de aula. Em referência às sugestões pedagógicas contidas em nossa sequência didática, destacamos que elas podem ser utilizadas como um guia, devendo ser adequadas à realidade da escola em que esse(a) profissional trabalhe, bem como às especificidades educacionais de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Dannyel Teles de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Descolonização do Saber: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro. **Revista Educação & Realidade:** Porto Alegre, v. 47, e116268, 2022. DOI: http://doi.org/10.1590/2175-6236116268vs01.

CULTURAS INDÍGENAS [por] Márcia Wayna Kambeba. São Paulo [*S. n.*], 2016. 1 vídeo (10:39 min). Publicado pelo Itaú Cultural. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=maZLixWP4Yw. Acesso em: 12 fev. 2025.

DORRICO, Julie; VILELA, Paolla. Mulheres indígenas na literatura. Artigos de Julie Dorrico e Paolla Vilela. Ilustrações: Luyse Costa, **Sesc São Paulo,** 30/04/2022. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/editorial/mulheres-indigenas-na-literatura-em-pauta-com-julie-dorrico-e-paolla-vilela/. Acesso em: 16 fev. 2025.

DORRICO, Julie. A literatura indígena: a produção autoral contemporânea e seus ensinamentos. **Revista Literatura Brasileira no Século XXI.** São Paulo, 2021.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Saberes da Floresta.** São Paulo: Jandaíra, 2020. 168 p. ISBN: 978-65-87113-10-4.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver.** Rio de Janeiro: 2020. ISBN: 978-65-00-13561-9.

LÍNGUA BIFURCADA [por] Jota Mombaça. [*S. l.: s. n.*], 2018. 1 vídeo (3:19 min). Publicado pelo África nas Artes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j_EwTemsK8Q&t=10s&ab_channel=%C3%81fricanasArtes. Acesso em: 10 fev. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. Educação Indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Revista Múltiplas Leituras,** v.2, n. 1, p. 21-29, jan. / jun. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** [*on-line*], 78 | 2007. DOI: 10.4000/rccs.753. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/753. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TIKUNA, Djuena. **Wiyaegü.** 1ª ed. [*s. l.*], 2019.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá:** reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília/DF: 2018. 218 p.

[1] Mestranda em Letras, pela UEMASUL. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, da UEMASUL. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[3] Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras, da UEMASUL. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] DORRICO, Julie; VILELA, Paolla. Mulheres indígenas na literatura. Artigos de Julie Dorrico e Paolla Vilela. Ilustrações: Luyse Costa. **Revista E:** 30/04/2022. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/editorial/mulheres-indigenas-na-literatura-em-pauta-com-julie-dorrico-e-paolla-vilela/. Acesso em: 16 fev. 2025.